

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deixa eu comunicar - já passo para o Deputado Alexandre - que fiz chegar ao Defensor-Geral, Dr. Rodrigo Pacheco, o texto da nossa carta. Estava agora com o Dr. Marfan ao telefone. Não estamos pedindo autorização de qualquer Poder, não quero comprometer os entes, mas estou dando satisfação e publicidade ao que vamos fazer, para que, no futuro, não digam que foi falado em nome de A e B. Nós não estamos falando em nome de qualquer outro Poder, de qualquer outro ente. Mas nos cabe, com o risco de sairmos no próximo dia 6, fazer algo, porque ao final de tudo quem vai sofrer serão os servidores, com atrasos dos salários, repetindo o que já vimos em 2016 e 2017. É fundamental que possamos ter um caminho, uma alternativa.

Renovar pura e simplesmente e empurrarmos esse problema para frente não basta. Precisamos ter essa renovação em outras bases, discutindo superávit de receita, discutindo a possibilidade de os serviços públicos terem andamento, Saúde, Educação e Segurança principalmente.

Então, a preocupação é essa. Já estamos terminando a carta. Vamos remetê-la e, em seguida, passo ao grupo dos Deputados. Deputado Alexandre...

O SR. ELIOMAR COELHO - Presidente, eu solicitei esclarecimentos...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sobre?

O SR. ELIOMAR COELHO - Sobre as dificuldades apontadas para a renovação. Elas são elencadas e tomadas públicas, pelo menos para V.Exas. que estão conduzindo esse processo de renovação, mostrando a responsabilidade que a Assembleia Legislativa está tendo em relação a isso tudo?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deixa eu dizer, Deputado Eliomar. O ajuste se dá, logicamente, como lei que aprovamos aqui, mas temos acompanhado todos os relatórios de acompanhamento do regime. O regime tem críticas; algumas procedem, outras não. Por exemplo, em relação ao leilão reverso que o Governo não fez, estando disponíveis 3bi, 1bi ao ano, para isso; em relação à licitação das linhas intermunicipais; em relação à renovação da concessão da CEG e aí por diante.

As dificuldades, nós acompanhamos no dia a dia. Nós, eu e o Deputado Luiz Paulo, no final de maio, início de junho, quebramos a cabeça para apontar 602milhões de reais. E nós tínhamos, só com o Repetro, garantido 1 bilhão a mais, mas o conselho entendeu que 1bi não seria suficiente porque 1bi era recurso de que já tinha revisão.

Então, nós precisamos mudar esse acordo. O acordo tem que ser de superávit. Também tem que ter responsabilidade, porque o Governo precisa fazer reformas estruturantes, enquanto em 2019 aconteceu justamente o contrário: foram ocupados mais cargos comissionados, foram criadas mais secretarias. Precisamos, agora, ter esse prazo, discutir, assinar esse compromisso em novas bases, mas também trazer a responsabilidade de todo mundo, porque o que vimos é que todos os outros Entes e Poderes ficaram amarrados com o Executivo, muitas vezes tendo que fazer contrapartida de congelamento de cargos, de não fazer concursos públicos e daí por diante.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Então, em relação ao que trata, nós acompanhamos nos relatórios do acompanhamento daquele Conselho de Recuperação Fiscal. É disso que se trata, Deputado Eliomar.

O SR. ELIOMAR COELHO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Alexandre Freitas. O Deputado Luiz Paulo quer falar algo?

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Eu também pedi, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Já, já, Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. LUIZ PAULO - Só quero explicar rapidamente ao nosso companheiro Deputado Eliomar Coelho que não é uma sutileza. Hoje a relação política do Governador com o Presidente da República é a pior possível. Se não houver uma renovação automática: 1- vai ter que discutir as novas metas; 2- vai ter que ser aprovado pelo Ministro da Economia; 3- vai ter que ser homologado pelo Presidente da República. Se for a renovação automática, via judicial ou via do acordo, não precisa passar por essas fases. E é nisso o que está apostando o Governo do Estado. Agora, se esse projeto que o Governo do Estado está apostando entra na demanda judicial, não há acordo administrado pela AGU, estamos fora do Regime a partir de setembro.

Então, o que o Deputado André Ceciliano está propondo é uma intermediação. Ele está solicitando a interrupção da contagem de prazo. Antes do dia 7, parar de contar o prazo. E, se possível, prorrogar por seis meses.

E que também consiga o Congresso Nacional aprovar o PLP 101, que é o PLP do Programa de Acompanhamento da Transparência Fiscal, que à época foi apelidado de Lei Mansueto, cujo Relator é o Deputado Pedro Paulo, do Rio de Janeiro, que prevê que o Regime de Recuperação, além dos espaços fiscais para outras unidades federativas, possa ser pago numa escadinha de dez anos até o valor pleno, a 10% a cada degrau. Então, imagine que o nosso serviço da dívida fossemos pagar 24 bilhões, pleno. No primeiro ano, pagaríamos 2.400, no segundo, 4.800 e assim sucessivamente - para dar tempo também de este PLP ser aprovado.

É esta a tentativa ousada que o Parlamento Fluminense está fazendo. Porque quem de fato assinou esse Regime foi o Chefe do Executivo, lá atrás. E nós, do Parlamento, nem dos outros Poderes, conhecíamos os termos. Fomos notificados a posteriori. Então, por isso que eu digo que é uma posição do Parlamento ousada. E como lembrou bem aqui a Deputada Martha Rocha, quase que fosse uma posição de um fictício parlamentarismo, para ver se conseguimos a interrupção dessa contagem de prazo antes que se dê o dia 5 de setembro.

Deu para entender, Deputado Eliomar Coelho?

O SR. ELIOMAR COELHO - Deu, deu. Obrigado, Deputado Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra o Deputado Alexandre Freitas e, em seguida, o Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Presidente, quero parabenizar a iniciativa. Acho que é fundamental o Parlamento adotar um protagonismo nesta questão. E, aí, quando eu digo adotar um protagonismo é de, sim, cobrar os demais Poderes que sejam mais responsáveis. Infelizmente, nós temos um Judiciário totalmente descompromissado com a razoabilidade orçamentária. Pensa-se que o Mínimo Constitucional é direito que você pode simplesmente pagar, pouco importando se o Estado está em crise ou não. Então, o Ministério Público também vai muito nessa linha, um pouco, digamos, que o Judiciário. Mas nós precisamos cobrar, sim, mais responsabilidade.

A Alerj vem devolvendo sucessivamente recursos para o Tesouro Estadual e, obviamente, precisamos cobrar do Executivo, que, como V.Exa. mesmo pontuou, não teve qualquer compromisso em enxugar a máquina. Cargos comissionados e Secretarias foram criadas de forma totalmente irresponsável. O Parlamento deveria cobrar, por exemplo, a privatização da Cedae, que foi dada como garantia, e com isso teremos uma melhora no saneamento básico.

Eu, por exemplo, propus uma mensagem ao Executivo para que mude a lógica das contribuições previdenciárias, dando mais fôlego para quem está na base. Quem tem os salários menores no Rio de Janeiro seria menos onerado e atacariamos a elite do serviço público, que é extremamente privilegiada.

O Parlamento precisa adotar um protagonismo para que tiremos o Estado do Rio de Janeiro do buraco. Precisamos industrializar o nosso Estado. Infelizmente, somos o Estado mais caro para se investir. A PEC, por exemplo, que retirava o artigo da indústria bélica poderia contribuir com o aumento da arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com sua licença, um instante, Deputado Alexandre Freitas.

O Deputado André Corrêa está com o microfone aberto. Feche-o, por favor.

Pode terminar, Deputado Alexandre Freitas.

O SR. ALEXANDRE FREITAS - Sr. Presidente, pode contar comigo nessa iniciativa. Precisamos de união neste Parlamento e de bom senso, para que não cometamos os erros do passado, quando, de um ano para outro, dobramos o custo previdenciário no Estado por conta de aumentos de salários irresponsáveis. Precisamos ter bastante racionalidade e responsabilidade orçamentárias. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Boa tarde, Sr. Presidente.

Uso a palavra rapidamente. Lembro que, cerca de três meses atrás, quando houve um debate acalorado na Alerj, falei que ninguém gostaria da Polícia Federal aqui. Fui esculhambado, apresentaram contra mim na Corregedoria, fizeram o oba-oba costumeiro.

Pois bem, no domingo, saiu uma coluna do jornalista Merval Pereira falava sobre rachadinhas na Alerj. Gostaria até de fazer um pedido ao Deputado Luiz Paulo, que disse que é corriqueira e comum rachadinha na Alerj.

O SR. LUIZ PAULO - Não falei isso, não.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Inclusive...

O SR. LUIZ PAULO - Não falei isso, não!

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Deputado, quando eu terminar, V.Exa. fala.

O SR. LUIZ PAULO - Mas V.Exa. está me acusando de algo que não fiz.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Está dizendo aqui que V.Exa. é a favor do ticket alimentação.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Um instante só, Deputado Alexandre Knoploch. Um instante só, Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Deixe-me dar uma explicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Em seguida. Deixe-o terminar.

O SR. LUIZ PAULO - Ele está me acusando de algo que não é verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O jornalista pode falar o que quiser.

O SR. LUIZ PAULO - Deixe-me falar aqui.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Terminou, Deputado Alexandre Knoploch?

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Não. Quero só concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Em seguida V.Exa. vai falar, Deputado Luiz Paulo.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Por isso estou fazendo um pedido. Estou citando o Deputado Luiz Paulo para ele poder falar o que disse ao jornalista Merval Pereira. Diz a reportagem que é para beneficiar Deputados ou partidos. Eu gostaria de entender porque fica uma situação estranha para o Parlamento e para os eleitores. Pois não, Deputado Luiz Paulo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com a palavra o Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, não falo com o colunista Merval Pereira há mais de três anos. Aquilo que ali está escrito faz parte de um discurso. Eu era do Conselho de Ética, Deputado Alexandre Knoploch, e verifiquei, na época em que fantasmas fatuavam com o salário-educação dos funcionários, que parlamentares ficavam com um bloco de cartões de banco - não me contaram, eu vi - sacando da máquina o salário dos funcionários fantasmas, inclusive o salário-educação, o auxílio-alimentação, o que houvesse. O cartão do banco ficava na mão do parlamentar.

Esse evento derivou, nesta Casa, na cassação de duas parlamentares com atuação do Conselho de Ética do qual, inclusive, eu fazia parte e absolvição de tantos outros. Em função disso, em alguma época eu fiz um discurso preventivo e até hoje defendo isso que em vez de ter auxílio-alimentação em pecúnia pudesse ter vale-alimentação em papel, como há em outras instituições, porque, em épocas pretéritas isso aconteceu a rodo na Assembleia. A minha fala não diz respeito aos tempos presentes, porque, se tivesse dito, estaria aqui reafirmando, porque uma coisa é que eu jamais "boto o galho dentro", tudo o que eu digo eu reafirmo: sou favorável que tenha auxílio-alimentação em ticket refeição, mas isso foi uma fala antiga, este tema não passou pelas minhas discussões hoje...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Obrigado, Deputado. Obrigado, Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Deputados com os cartões de banco dos senhores assessores e lá sacavam tudo, tudo e davam só uma merreca para os assessores é a plena verdade, tanto é que alguns foram cassados.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Sr. Presidente, eu quero me colocar ao lado do Deputado Luiz Paulo, porque é sinal que o jornalista usou a fala do Deputado, colocou numa situação equivocada e mais uma vez estão colocando o nome da Assembleia Legislativa abaixo.

Então, eu quero deixar isso aqui consignado, porque é um absurdo. Toda semana, vemos os mesmos grupos de comunicação batendo na Assembleia Legislativa e, muitas vezes, ficamos passivo. Está na hora de começarmos a reagir a essa falta de caráter que o jornalismo tem feito com a Assembleia que tanto tem trabalhado em tempos de pandemia, e em outros tempos, e, mesmo assim, continuamos apanhando gratuitamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Só para dizer ao Deputado Alexandre Knoploch que eu sempre fui defensor da tese do ticket refeição e também sempre fui defensor da tese, principalmente por causa desses escândalos que aconteceram em gestão pretérita e, agora, por causa da pandemia que nos deu mais exemplos, não de questões de corrupção, mas de que nós pudéssemos também ter gabinetes menores, porque não perdemos a eficiência, aqui na pandemia, com gabinetes menores.

Sempre fui defensor dessas teses e continuarei sendo, de forma republicana e pública.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deixe-me só reafirmar o nosso compromisso com a liberdade de imprensa. A imprensa é livre, tem que fiscalizar, investigar, é bom que seja assim, sempre digo. O parlamentar não tem que ter medo de ser investigado ou fiscalizado, pelo contrário, tem que ter medo da ausência da luz da administração.

Agora, não podemos generalizar. Toda vez que generaliza é muito, muito ruim. No dia a dia, temos a missão de dar a maior transparência possível, de participar, de fazer superávit, de economizar, mas quando vem uma matéria que generaliza atrapalha os trabalhos e aí joga todos na vala comum.

Somente isso que pedimos: que se possa separar o joio do trigo, porque quando fala Alerj é toda a Assembleia. Então, o ideal é nominar o parlamentar que fez ou que possa vir a fazer algo de errado, mas sempre nominá-lo e não a Alerj. Sempre é a Alerj, a Alerj, o coletivo, o coletivo, e todo trabalho que realizamos aqui diuturnamente vai por água abaixo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Vamos encerrar...

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, eu quero aproveitar o ensejo para cobrar do Deputado Jorge Felipe Neto - estou nominando -, porque eu não fiz uma representação contra o Deputado Alexandre Knoploch, diversos líderes pediram ao Deputado Alexandre Knoploch, via Corregedoria, uma explicação sobre a assertiva dele.

Já faz mais de seis meses. Não se dignou, o Sr. Corregedor, a dar uma resposta aos senhores líderes, seja ela qual for: "Disse, não disse, afirmei, foi fora de propósito". Mas não recebemos qualquer resposta. Fizemos um questionamento formal. Já se vão mais de seis meses. Está assinado por oito ou nove líderes de partido.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Então, vamos ao Expediente Final.

Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, passemos ao Expediente Final.

Passa-se ao

Expediente Final

* Os Discursos dos Senhores Deputados, proferidos no Expediente Final, encontram-se publicados no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (www.alerj.rj.gov.br), em conformidade com o Ato N/MD/N°619/2016.

A SRA. PRESIDENTE (Renata Souza) - Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h50min)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DEPUTADOS: ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE; RENATA SOUZA, A CONVITE.

RELAÇÃO DOS PARLAMENTARES PRESENTES NA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2020

Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Corrêa, André Ceciliano, Bebeto, Brazão, Bruno Dauaire, Capitão Paulo Teixeira, Carlos Macedo, Carlos Minc, Chicão Bulhões, Chico Machado, Chiquinho da Mangureira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Dannel Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodato, Dr. Serginho, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovanni Ratinho, Gustavo Schmidt, Gustavo Tutuca, Jair Bittencourt, João Peixoto, Jorge Felipe Neto, Léo Vieira, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcos Muller, Marcus Vinícius, Marina Rocha, Martha Rocha, Max Lemos, Mônica Francisco, Pedro Ricardo, Renan Ferreirinha, Renata Souza, Renato Cozzolino, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Samuel Malafaia, Subtenente Bernardo, Thiago Pampolha, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Welberth Rezende, Zeidan.

EMENDAS DE PLENÁRIO, EM TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA, EM 2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO - ASSIM EMENDADA AO PROJETO DE LEI Nº 493-A/2011, DE AUTORIA DO DEPUTADO DIONÍSIO LINS.

MODIFICATIVA Nº 01

Modifique-se o art. 3º com a seguinte redação:

Art. 3º - A informação do fator RH deverá ocorrer de forma gratuita e dentro das especificidades dos exames de sangue, quando assim exigidos pelo médico ao paciente".

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de agosto de 2020. Deputados CORONEL SALEMA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

MODIFICATIVA Nº 02

Modifique-se a Ementa com a seguinte redação:

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS, HOSPITAIS PÚBLICOS E PARTICULARES, NO ÂMBITO DO ESTADODO RIO DE JANEIRO, EXPEDIREM DOCUMENTO COM INFORMAÇÃO DO FATOR RH NO ATO DA REALIZAÇÃO DO EXAME DE SANGUE".

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de agosto de 2020. Deputados CORONEL SALEMA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar

MODIFICATIVA Nº 03

Modifique-se o art. 1º com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam os laboratórios de análises clínicas, hospitais públicos e particulares, clínicas particulares, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, obrigados a expedirem documento que comprove o fator RH de cada cidadão no ato da realização de qualquer exame de sangue".

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de agosto de 2020. Deputados CORONEL SALEMA, André Ceciliano, Rodrigo Bacellar